

NEWSLETTER ESPECIAL DE NOVEMBRO  
**COP30 no Brasil**





**A COP 30 começou, no dia 10 de novembro, com a atualização do Relatório Síntese das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) de 2025. Nele, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) avaliou que há progressos na ambição e na qualidade das metas climáticas nacionais e que as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) devem cair 12% até 2035, em comparação aos níveis de 2019. Embora a notícia seja promissora, ao mostrar o trabalho realizado a partir do Acordo de Paris (2015), as metas atuais não são suficientes para frear o aquecimento global em 1,5°C. Além disso, 77 dos 197 países signatários do Acordo, em 28 de novembro, ainda não haviam submetido suas novas metas de redução na rodada de atualização das NDCs de 2025.**

Nesse contexto, a COP30 foi chamada, desde o princípio, de “COP da implementação”, ressaltando a necessidade de ações concretas para o enfrentamento da emergência climática. Apesar de algumas críticas direcionadas ao acordo final da Conferência, é preciso também salientar sua importância. Essa foi uma COP realizada no coração da Amazônia, o que elevou o protagonismo do Brasil nas negociações climáticas, posicionou a floresta no centro do debate global sobre sustentabilidade e preservação e tornou possível uma mobilização social inédita e a participação ativa de povos indígenas e de diferentes comunidades brasileiras.

O Centro Soberania e Clima compartilha a seguir alguns destaques dessas duas semanas de trabalho intenso em Belém.



## Pacote de Belém

O acordo final da COP30, o Pacote de Belém, é composto por 16 documentos que tratam sobre temas negociados ao longo das duas semanas, tais como transição justa, metas globais de adaptação, gênero e mudança do clima e financiamento para adaptação.

A plenária final para aprovação do Pacote de Belém, que aconteceu um dia após o previsto, no sábado, 22 de novembro, revelou, mais do que nunca, interesses nacionais concorrentes e conflitantes. Apesar dos desafios que marcam o cenário geopolítico atual e que se refletiram nas negociações, esse documento é resultado de esforços para o fortalecimento do multilateralismo.

Algumas das decisões finais incluem:



### Decisão Mutirão

O termo “Mutirão” — usado pela presidência da COP30 — reflete um chamado à ação coletiva global: governos, sociedade civil, empresas, movimentos sociais, povos originários e demais atores foram convidados a unir esforços para enfrentar a crise climática.

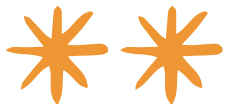
A ideia é que o “mutirão” não seja apenas simbólico, mas que se estenda além da COP30 — como um mecanismo permanente de mobilização, cooperação e implementação de soluções climáticas.

## ✧ ✧ Objetivo Global de Adaptação

O Objetivo Global de Adaptação (GGA), estabelecido pelo Acordo de Paris, orienta os países a fortalecer a adaptação climática, aumentar a resiliência e reduzir vulnerabilidades. Ele busca proteger populações e economias diante dos riscos climáticos crescentes, especialmente nos países mais vulneráveis.

No entanto, embora o GGA estivesse previsto desde 2015, faltava definir como monitorar o progresso da adaptação de forma clara e comparável entre os países. Um importante passo foi dado na COP 30, com a definição de 59 indicadores, incluindo setores como água, alimentação, saúde, ecossistemas, infraestrutura e meios de subsistência, e que integram questões transversais como finanças, tecnologia e capacitação. Esses indicadores são voluntários e não vinculam os países a obrigações para acesso ao financiamento, reivindicação importante de países em desenvolvimento.





## Plano de Ação de Gênero

O Plano de Ação de Gênero de Belém (GAP 2026–2034), aprovado na COP30, estabelece uma agenda global para integrar justiça de gênero às políticas climáticas. O documento reconhece que mulheres e meninas — especialmente indígenas, quilombolas, negras, rurais e de comunidades tradicionais — são afetadas de forma desigual pela crise climática e devem ocupar posição central na tomada de decisões.

O plano prioriza uma abordagem interseccional, a proteção de defensoras ambientais, o fortalecimento da participação feminina na adaptação e mitigação, o uso de dados desagregados e a criação de mecanismos de financiamento climático sensíveis ao gênero. Seu objetivo é promover a inclusão, reduzir as desigualdades e garantir que as políticas ambientais gerem benefícios sociais concretos. Ao mesmo tempo, entre os desafios de sua implementação estão a falta de clareza quanto ao financiamento direto, à governança e à implementação prática, especialmente para as comunidades mais vulneráveis.





# Avanços gerais

## FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

### **Triplicando recursos para adaptação**

No Pacote Belém, foram aprovadas decisões que preveem a triplicação do financiamento para adaptação até 2035, reforçando a necessidade de os países desenvolvidos elevarem de forma significativa o apoio financeiro às nações em desenvolvimento. Além disso, as Partes finalizaram o Roteiro de Adaptação de Baku, definindo o plano de trabalho para 2026-2028, que será acompanhado até o próximo Balanço Global do Acordo de Paris.

### **Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF)**

Liderado pelo Brasil, com apoio de 63 países, o TFFF iniciou sua capitalização em Belém para apoiar financeiramente os países que preservarem suas florestas. O fundo já mobilizou aproximadamente US\$ 6,7 bilhões, com doações significativas da Noruega, Alemanha, Brasil e Indonésia.

A meta de médio prazo é alcançar um montante de US\$ 125 bilhões, combinando US\$ 25 bilhões provenientes de capital soberano de países patrocinadores e US\$ 100 bilhões de investidores institucionais.



# Avanços gerais

## ADAPTAÇÃO URBANA E DESAFIOS DAS CIDADES BRASILEIRAS

### Ampliação da cobertura do CEMADEN

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) anunciou, em 10 de novembro, que pretende ampliar, até o fim de 2026, sua cobertura de monitoramento de áreas de risco em municípios brasileiros. A nova meta vai elevar o número de municípios acompanhados de 1.133 para 2.095, o que corresponderá a cerca de 75% da população brasileira.

Em um país marcado pela ocorrência de eventos climáticos extremos — como demonstram as chuvas no RS (2024) e a seca na Amazônia (2023/2024) — a adaptação climática deve ser priorizada pelo governo brasileiro.

### Implementação do Sistema Nacional de Informações sobre Desenvolvimento Urbano

Ainda no dia 10 de novembro, o Ministério das Cidades e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) assinaram um acordo de cooperação técnica para implementação do Sistema Nacional de Informações sobre Desenvolvimento Urbano (SINIDU+Clima). A plataforma contribuirá para integrar, em um único sistema nacional, dados científicos sobre clima, território e desenvolvimento urbano, permitindo que gestores tenham informações territorializadas e atualizadas para planejar melhor suas cidades no contexto de emergência climática.



# Avanços gerais

## Mutirão Contra o Calor Extremo

Já no dia 11 de novembro, a presidência brasileira da COP e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) anunciaram o Mutirão Contra o Calor Extremo, uma iniciativa global voltada ao enfrentamento das altas temperaturas decorrentes da crise climática.

A proposta central é acelerar a adoção de soluções sustentáveis de refrigeração, aumentar a eficiência energética e fortalecer a resiliência das cidades ao calor. O plano prevê reduzir as emissões associadas ao resfriamento em 68% até 2050 e elevar a eficiência dos novos aparelhos de ar-condicionado em 50%.

## JUSTIÇA CLIMÁTICA E DIREITOS HUMANOS

### Gênero na COP30

No dia 10 de novembro, mais de 90 países apoiaram a **Declaração Global sobre Igualdade de Gênero e Ação Climática**, que reforça que não há futuro sustentável sem a participação central das mulheres nas decisões climáticas. O documento integra debates sobre inclusão social e justiça climática na conferência, que deu destaque aos direitos humanos, povos indígenas, jovens, mulheres e comunidades locais.

A declaração se articula ao Plano de Ação de Gênero (GAP), que busca fortalecer o papel das mulheres na política climática mundial, reconhecendo sua vulnerabilidade e sua importância estratégica no enfrentamento das mudanças climáticas.



# Avanços gerais

Ainda, em 20 de novembro, a ONU Mulheres e o Instituto Kaschak lançaram o **Gender Equality and Climate Policy Scorecard**, uma ferramenta global que avalia como os países incorporam a igualdade de gênero às suas políticas climáticas, especialmente às NDCs.

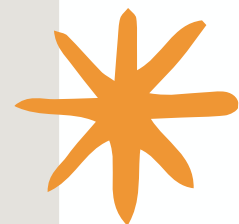
## **Menção à população afrodescendente**

As populações afrodescendentes foram mencionadas pela primeira vez em textos oficiais da UNFCCC. Os documentos de Transição Justa, Plano de Ação de Gênero e Objetivos Globais de Adaptação trazem o termo, assim como o Mutirão, documento político da presidência da COP 30. Essa conquista, articulada durante a Conferência, reflete o protagonismo de movimentos negros e quilombolas nas negociações.

## **Iniciativa Global sobre Empregos e Capacitação para a Nova Economia**

A Iniciativa reuniu líderes, setor privado e a sociedade civil para colocar pessoas, empregos e qualificação no centro da transição climática. A proposta incentiva investimentos em capital humano, formação voltada à economia verde e inclusão social, articulando políticas de trabalho às estratégias climáticas.

A iniciativa projeta gerar até 375 milhões de empregos em uma década de transição de baixo-carbono, além de 280 milhões adicionais por meio de ações de adaptação.



# Avanços gerais

## Plano de Ação em Saúde de Belém

Já o Plano de Ação em Saúde de Belém trata a crise climática como uma crise de saúde pública, estruturando ações de monitoramento, de resiliência dos sistemas de saúde e de inovação tecnológica. O plano de adesão voluntária já conta com cerca de 80 países signatários e recebe apoio financeiro do *Wellcome Trust* (com US\$ 300 milhões anunciados) e de bancos de desenvolvimento que abrirão linhas especiais de crédito.

## Iniciativa Global para Proteção de Terras Indígenas

O Brasil anunciou uma meta inédita de regularizar 63 milhões de hectares de terras indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais até 2030 — mais de um terço do comprometimento global do Compromisso Intergovernamental sobre Posse da Terra, que prevê regularizar 160 milhões de hectares.

No mesmo evento, países e organizações renovaram o Compromisso para Florestas e Posse da Terra (Pledge 2.0), que mobilizará US\$ 1,8 bilhão entre 2026 e 2030 para apoiar direitos fundiários e governança florestal, com foco em financiamento direto e na participação efetiva das comunidades.



# Avanços gerais

## Lançamento do Projeto Raiz

Liderado pelo Brasil, o Plano de Investimentos em Agricultura Resiliente para Degradação Zero (RAIZ) buscará mobilizar recursos, tecnologias e investimentos público-privados para recuperar terras agrícolas degradadas globalmente. A iniciativa surge diante da urgência por segurança alimentar, conservação ambiental e resiliência climática, já que a degradação de terras atinge até 2 bilhões de hectares e afeta 3,2 bilhões de pessoas.

## TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

### Compromisso de Belém 4X

O Compromisso de Belém pelos Combustíveis Sustentáveis, também chamado de Belém 4X, é uma iniciativa copatrocinada por Brasil, Itália e Japão e já conta com o apoio de 19 países. Representa uma iniciativa estratégica, lançada no contexto da COP30, com o objetivo de posicionar o Brasil como líder global na transição energética. A proposta tem por objetivo central quadruplicar o uso de combustíveis sustentáveis até 2035, em relação aos níveis de 2024.

Espera-se, com o seu impacto, que haja redução das emissões nos setores de aviação, transporte marítimo e indústria; estímulo à bioeconomia, à inovação e à reindustrialização sustentável no Brasil; cooperação internacional para ampliar o acesso global a combustíveis de baixo carbono; criação de empregos verdes e dinamização de cadeias produtivas sustentáveis.



# Avanços gerais

## Declaração de Belém para a Industrialização Verde

Esse é um compromisso firmado inicialmente por 35 países, organizações internacionais e iniciativas, para acelerar a transição energética e promover um modelo de crescimento econômico sustentável em escala global. O documento articula metas ambientais, econômicas e sociais, conectando a ambição climática ao desenvolvimento, à inovação tecnológica e à geração de empregos, especialmente com foco em novas oportunidades para países em desenvolvimento e para o Sul Global na economia verde.

A declaração estabelece ações para coordenar e alinhar iniciativas no âmbito da COP voltadas à transformação do setor industrial, buscando maior coesão entre as agendas de descarbonização, investimentos e inclusão social. Também reconhece a necessidade de apoio financeiro e técnico para a implementação de políticas sustentáveis e de estratégias que garantam empregos e benefícios às comunidades impactadas, evitando que populações afetadas sejam empurradas para mercados ilegais, como a exploração madeireira ou mineração clandestina. O documento permanece aberto para que novos países e organizações se unam ao esforço coletivo de industrialização verde.

A Declaração pode representar um marco estrutural global ao transformar a indústria em motor do desenvolvimento sustentável, promover equidade entre países, apoiar metas climáticas, gerar empregos verdes e reduzir desigualdades territoriais.



# Avanços gerais

## AMAZÔNIA NO CENTRO DO MUNDO

### Coopera+ Amazônia

A iniciativa prevê a mobilização de R\$107 milhões, majoritariamente do Fundo Amazônia/BNDES, para fortalecer 50 cooperativas extrativistas em cinco estados amazônicos. Focadas em cadeias da sociobiodiversidade (babaçu, açaí, castanha, cupuaçu), as cooperativas beneficiarão diretamente 3.500 famílias.

O "Coopera+ Amazônia" vai além do mero auxílio financeiro, posicionando-se como um pilar de um novo paradigma de desenvolvimento para a região, em que o aumento da renda familiar está diretamente ligado à conservação ambiental. Ao investir em modelos de negócio que comprovadamente evitam o desmatamento, a iniciativa reforça a Bioeconomia como uma alternativa econômica viável e resiliente.

### MACA - Mecanismo Amazônico para a Cooperação e a Ação

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) apresentou na COP30, em 20 de novembro, o Mecanismo Amazônico para a Cooperação e Ação (MACA), uma iniciativa crucial que busca fortalecer a governança e a ação coordenada entre os países amazônicos. O MACA foi concebido como uma plataforma fundamental para impulsionar a implementação da Agenda Amazônica, resultado dos debates da Cúpula de Belém de 2023, garantindo que a floresta seja gerida de forma estratégica e integrada.

O mecanismo enfatiza a necessidade de políticas públicas integradas entre as nações que compartilham a bacia amazônica e busca a participação ativa e efetiva de povos indígenas, comunidades locais e da sociedade civil nos processos de formulação e execução. Isso garante que as decisões e ações sejam informadas pelos conhecimentos tradicionais e pelas realidades territoriais de quem vive na floresta, promovendo uma abordagem mais justa e eficaz para a conservação e o desenvolvimento sustentável.



## **Alguns dos impasses e críticas**

### **Financiamento**

Ao longo das duas semanas de trabalho, os países em desenvolvimento exigiram que as promessas de apoio financeiro ao enfrentamento das mudanças climáticas se tornassem realidade. Mais especificamente, exigiram que os países desenvolvidos pagassem a conta da crise climática, sobretudo tendo em vista suas responsabilidades históricas. Embora o Mapa do Caminho de Baku a Belém, produzido pelas presidências da COP29 (Baku) e da COP30 (Belém), oriente a trajetória para US\$ 1,3 trilhão/ano até 2035, ainda persistem pendências quanto aos volumes de 2025-2026.

Ademais, a meta de triplicar o financiamento para adaptação até 2035, que consta no Pacote de Belém, tem sido criticada na medida em que não é dado um ano-base de referência, tampouco são detalhadas as contribuições dos países desenvolvidos.

## Ausência dos chamados Mapas do Caminho

Um dos pontos mais controversos foi a ausência dos chamados Mapas do Caminho: Mapa do Caminho para a Transição Energética Longe dos Combustíveis Fósseis e o Mapa do Caminho Pelo Fim do Desmatamento. A proposta brasileira de criar planos de ação para guiar a transição energética e o fim do desmatamento foi barrada pela forte oposição de países produtores e grandes consumidores de petróleo e carvão, como Arábia Saudita, Índia e China.

Uma coalizão liderada pela Colômbia, com países da América Latina e da União Europeia, pedia o fim urgente dos combustíveis fósseis. Frustrada pela falta de um plano de ação, a Colômbia convocou os países para uma conferência internacional inédita sobre o fim dos combustíveis fósseis, prevista para 2026.

Além disso, André Corrêa do Lago, presidente da COP30, se comprometeu com o desenvolvimento dos mapas do caminho de forma independente ao longo da sua presidência, que deve ir até a COP 31.



COP-30 EM 30

ESTADÃO

**Países decidem se estão dispostos a encontrar o 'mapa do caminho'**

## Considerações finais

A COP 30, realizada em Belém, cumpriu um papel simbólico importante ao fortalecer o multilateralismo e ampliar a participação social e dos povos na governança climática. No entanto, é preciso reconhecer que os resultados finais ficaram aquém da urgência exigida pela ciência.

Embora tenham ocorrido avanços importantes em várias áreas, a conferência frustrou expectativas em temas cruciais: a eliminação gradual dos combustíveis fósseis, o combate efetivo ao desmatamento e, principalmente, o financiamento climático — que segue distante de ser justo e suficiente para apoiar os países em desenvolvimento.

O saldo final nos coloca diante de um alerta: o tempo para evitar as consequências mais graves das mudanças climáticas está se esgotando e a diplomacia precisa acelerar o passo. Para as próximas etapas, resta o desafio de transformar discursos em mecanismos de implementação reais. Exige-se de nós, enquanto sociedade, pressão contínua por ações que correspondam à gravidade da crise.

Esta newsletter especial sobre a COP30, assim como toda a cobertura realizada pelo S&C, só foi possível graças ao trabalho dedicado de nossa equipe de voluntários. Eles acompanharam as discussões, fizeram uma curadoria dos principais assuntos abordados ao longo dos dias (10 a 22 de novembro), organizaram informações complexas e transformaram os principais debates em análises claras, contextualizadas e acessíveis. Em uma conferência decisiva como a COP30, marcada por negociações centrais para o futuro climático do planeta, pela definição de metas de mitigação e adaptação e pela disputa narrativa em torno da justiça climática, a presença de uma equipe atenta, diversa e comprometida fez toda a diferença.

## **FICHA TÉCNICA DE COBERTURA DA COP30**

### Pesquisa e Checagem

**HANDIARA OLIVEIRA DOS SANTOS**  
**TAMARA COSSETIM CICHORSKI**  
**TAMIRES NUNES**  
**REBECA OJEDA**  
**GABRIEL CARDOSO**  
**MARIANA NASCIMENTO PLUM**  
**BRUNA FERREIRA**  
**JOÃO PAULO PEREIRA**  
**LETÍCIA BRITTO**  
**JHONATAN GOMES**

### Design

**KEROLLAYN K. GONÇALVES**  
**VALÉRIA AMORIM**  
**YAN MONTEZUMA**

### Redação para redes sociais

**ISABELA DOS SANTOS**  
**CAIO COSTA**  
**IDAYANE FERREIRA**  
**CLAUDIA ROSENTHAL**  
**KEROLLAYN K. GONÇALVES**  
**VALÉRIA AMORIM**  
**FABRICIO FONSECA**

### Revisão

**MARIANA NASCIMENTO PLUM**  
**BRUNA FERREIRA**  
**MILA CAMPBELL**  
**JOÃO PAULO PEREIRA**